



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



ISSN 1809-6212

Vol.3 - n.7 - Fevereiro - Julho 2008

Semestral

Artigo:

Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural

Autores:

Marciane Rigo¹

Claudecir Bleil²

¹ Especialista em Auditoria Contábil – IDEAU, Getúlio Vargas, RS - marcianerigo@hotmail.com

² Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS, São Leopoldo, RS - claudeciregp@tolrs.com.br

Auditoria das Demonstrações Contábeis: um estudo da Evidenciação e Transparência das Informações em uma Cooperativa de Crédito Rural

Resumo: Na atual conjuntura do mercado empresarial existem vários fatores determinantes para as empresas serem competitivas, dentre os quais pode-se destacar a contabilidade, que através de suas técnicas e relatórios pode proporcionar aos gestores informações relevantes para o processo da tomada de decisões. A auditoria é uma dessas técnicas que pode propiciar aos gestores uma melhor avaliação de seus controles internos e também dar mais credibilidade aos registros e demonstrações contábeis, visando demonstrar transparência aos associados. Sendo assim, buscou-se verificar por meio de um estudo de caso em uma cooperativa de crédito rural, a Cresol Getúlio Vargas, qual o nível de transparência e evidenciação das informações publicadas, tendo como base as demonstrações contábeis, notas explicativas e pareceres de auditoria dos últimos três exercícios da organização. Como resultado verificou-se que as notas explicativas e os pareceres de auditoria em várias situações não mencionam os motivos das oscilações mais significativas das principais contas do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício o que dificulta uma melhor análise e compreensão pelos usuários da informação, principalmente os associados. Também se destacou a importância e o papel da auditoria nas demonstrações contábeis, pois são instrumentos que visam gerar transparência e evidenciação da atual situação das cooperativas, transmitindo transparência e confiabilidade aos associados.

Palavras-chave: Auditoria, Controle Interno, Transparência e Evidenciação.

Abstract: In the current situation of enterprising market there are many determinant factors that leads companies to become competitive, among them accounting are pointed out, because through its techniques and reports, managers are able to get important information for their process of taking decisions. Audit is one of these techniques, providing managers a better assessment of their internal controls and also assuring major credibility for reports and accounting demonstrations, aiming to demonstrate transparency to the associates. This way, a case study was developed about a rural credit cooperative, Cresol Getúlio Vargas, which empathizes the level of transparency and disclosure of the published information, based on accounting demonstrations, explicative receipts and audit opinions of the last three exercises of the organization. As result, it was checked that the explication receipts and the audit opinions in many situations do not mention the reason for the major varies of the mean accounts of Patrimonial Balance and Exercise Demonstration Result, what hinders a better analyses and comprehension by the information user, meanly the associates. The audit role and its importance on accounting demonstrations were also pointed out, because these instruments intend to generate transparency and disclosure of the cooperatives current situation, transmitting safety for the associates.

Key words: Audit, Internal Control, Transparency and Disclosure.

1 INTRODUÇÃO

Os gestores das organizações preocupam-se com a correta aplicação de seus recursos, pois quando utilizados indevidamente podem ocasionar efeitos contrários a seus objetivos, prejudicando o negócio e a rentabilidade das mesmas. Gerir uma organização de forma transparente com métodos que visam proteger o seu patrimônio, assegurando uma melhor tomada de decisão e transmitindo confiabilidade são pontos que fazem com que as empresas se destaquem no mercado e satisfaçam seus clientes.

A função da contabilidade é estudar e controlar o patrimônio das empresas, e para tornar mais eficiente esse controle, tem-se a auditoria que através de suas técnicas pode confirmar a veracidade das demonstrações contábeis, dando uma maior credibilidade nas informações. Para buscar a modernização e o sucesso dos seus negócios, os gestores das organizações procuram utilizar planos com métodos e medidas denominados controles internos que buscam a eficiência operacional, diminuição de desperdícios, maior confiança e segurança quanto ao processo da tomada de decisões, visando proteger seus ativos.

Para uma melhor compreensão do sistema empresa e seus controles faz-se necessário identificar conceitos relacionados a auditoria e controles internos, e a relevância que os mesmos possuem dentro de uma organização. Com isso os gestores podem obter maior exatidão, integridade e autenticidade das informações, bem como evidenciar maior transparência em sua gestão.

De acordo com Almeida (1996) a função da auditoria não é somente a detecção de erros ou fraudes, mas sua atividade deve ser entendida como de assessoramento a administração quanto ao desempenho das atribuições definidas para cada área da empresa mediante os objetivos por ela determinados. As organizações utilizam a auditoria para fazer uma análise do controle interno, e também a auditoria das demonstrações contábeis através do seu parecer que é emitido pelo auditor independente, visando dar maior credibilidade aos registros contábeis.

2 AUDITORIA: SURGIMENTO E EVOLUÇÃO

Para Magalhães, Lunkes e Muller (2001) a auditoria surgiu como parte do sistema capitalista, sendo que em 1314, na Inglaterra foi criado o cargo de auditor, em consequência da necessidade de confirmar os registros contábeis como meio de controlar a evolução do comércio mundial. Mas a Revolução Industrial no século XVIII e a expansão do capitalismo abriram novos campos para a auditoria, pois houve o surgimento de grandes empresas, a necessidade do controle do patrimônio, tributação do imposto de renda, grandes companhias inglesas do comércio e navegação, criando assim a necessidade de desenvolver ferramentas de auditoria para controlar e fiscalizar a evolução do comércio.

Ainda segundo os autores, no Brasil o primeiro parecer de auditoria foi publicado em 1903, relativo a exame nos livros da São Paulo *Tramway, Light and Power Company*, com

matriz em Toronto – Canadá. Em 1909, veio estabelecer-se no Brasil a primeira empresa de auditoria a *Mc-Auliffe Davis Bell & CO*, hoje denominada de *Arthur Andersen S.C.* Porém no Brasil o desenvolvimento da profissão de auditor foi lento até a regulamentação do mercado de capitais. Em 1976 com a criação da Comissão de Valores Mobiliários através da Lei n 6.385, que tinha a função de fiscalizar as atividades dos auditores independentes; e o surgimento da Lei das Sociedades por Ações, Lei n 6.404, a qual veio estabelecer obrigatoriedade das empresas de capital aberto a publicarem suas demonstrações contábeis, bem como a auditoria das mesmas.

Isso de fato auxiliou na abertura de novos campos para o trabalho de auditoria. Atualmente o Banco Central do Brasil, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), buscam contribuir para que o trabalho de auditoria se torne cada vez mais amplo e controlado através da emissão de suas normas.

Porém, o exercício da auditoria independente relaciona-se a empresas integrantes do Mercado de Capitais e as do Sistema Financeiro. As demais somente são auditadas a pedido dos seus acionistas ou quando se tem a necessidade de firmar alguns acordos com terceiros, como financiadores e fornecedores. Em virtude do exposto não são todas as empresas obrigadas ao exercício da auditoria, mas naquelas onde esta ferramenta é exercida, a organização transmite confiança, veracidade, credibilidade a outras empresas do mercado, e também é um controle que auxilia nas tomadas de decisões.

2.1 Conceito de Auditoria

Através de suas técnicas a contabilidade estuda, controla e fornece informações sobre as variações do patrimônio. Entre essas técnicas encontra-se a auditoria com a função de avaliar os registros contábeis e se os mesmos transmitem veracidade.

Para Attie (1998, p. 25): “A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar e eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado”. Com a aplicação de suas técnicas a auditoria avalia os controles internos implantados dentro de uma organização e se os mesmos estão atingindo seus fins, concedendo informações seguras para que ela possa expressar sua opinião sobre determinado fato.

Segundo Lopes de Sá (2007, p.25), a auditoria pode ser conceituada como:

[...] uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões, críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

Com base nas colocações dos autores, pode-se dizer, que a auditoria é a técnica contábil responsável pela avaliação dos controles contábeis das empresas, analisando-os e classificando-os como fidedignos ou não. Além disso, formula sugestões de melhorias, visando aperfeiçoar cada vez mais os controles internos das mesmas.

A auditoria através da utilização de suas técnicas, busca a coleta de evidências, exerce ação preventiva e saneadora. Essa coleta de evidências é feita por meio da análise de documentos, registros, papéis que normalmente são encontrados dentro da própria empresa. É necessário também coletar informações com outras organizações que exercem atividades relacionadas com o patrimônio, para certificar de que aqueles registros realmente são fidedignos e demonstram a situação atual da mesma.

2.2 Auditoria Interna

A auditoria interna é uma atividade de avaliação exercida dentro da organização, com o objetivo de revisar as operações, avaliar a eficiência dos controles internos, sendo seu relatório encaminhado à administração para conhecimento da real situação da empresa.

A auditoria interna é aquela exercida por um funcionário da própria empresa, em caráter permanente. Apesar de seu vínculo à empresa, o auditor interno deve exercer sua função com absoluta independência profissional, preenchendo todas as condições necessárias ao auditor externo, mas também exigindo da empresa o cumprimento daquelas que lhe cabem. Ele deve exercer sua função com total obediência às normas de auditoria e o vínculo de emprego não lhe deve tirar a independência profissional, pois sua subordinação à administração da empresa deve ser apenas sob o aspecto funcional (FRANCO e MARRA, 2001, p. 219).

Ainda segundo os autores os principais objetivos da auditoria interna são:

- Verificar a existência, a suficiência, e a aplicação dos controles internos, bem como contribuir para o seu aprimoramento;
- Verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
- Verificar a necessidade de melhoramento das normas internas vigentes;
- Avaliar a necessidade de novas normas internas;

Lopes de Sá (2007, p.42), descreve que ela deve abranger, “revisão do sistema contábil e dos pertinentes controles internos, revisão para fins gerenciais da informação financeira e operacional, avaliação da economicidade, eficácia e eficiência das operações”. O

auditor interno é empregado da empresa, possui menor grau de independência, executa auditoria contábil, operacional, de gestão, de qualidade de processos, de produtos e outros.

2.3 Auditoria Externa

Franco e Marra (2001, p. 218): “A auditoria externa é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada e que poderá ser contratado para auditoria permanente ou eventual”.

Pelo fato do auditor não ser funcionário da empresa, ele possui maior grau de independência e executa apenas auditoria contábil. Seu trabalho tem como principal objetivo emitir um parecer de opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos da empresa examinada. Também, se essas demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis e se esses princípios foram aplicados com uniformidade em relação ao exercício anterior.

Seu trabalho apresenta como característica um menor volume de testes, já que o auditor externo está interessado em erros que individualmente ou cumulativamente possam alterar de maneira substancial as informações das demonstrações contábeis. Existem algumas diferenças entre o auditor interno e o auditor externo, sendo algumas de grande relevância, como é o caso, por exemplo, do grau de independência que existe entre ambos, sendo que o auditor externo por possuir maior independência e não ser funcionário da empresa sente-se mais livre para expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis.

2.4 Pareceres de Auditoria

O objetivo da auditoria independente é expressar a opinião sobre as demonstrações financeiras e se estas representam, efetivamente, a situação patrimonial e financeira e o resultado da empresa auditada. Os pareceres de auditoria são utilizados para relatar o resultado dos trabalhos executados por auditores independentes, que não são funcionários da empresa.

O parecer de auditoria é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião, em obediência às normas de auditoria; após a realização de todo o trabalho de campo, reunindo provas e evidências sobre as demonstrações financeiras, é que o auditor determina seu entendimento sobre a representatividade e o conjunto dos mesmos (ATTIE, 1998, p.67).

Segundo o CRC/RS (2004, p.75) o parecer compõe-se em três parágrafos:

- a) O referente à identificação das demonstrações contábeis e à definição das responsabilidades da administração e dos auditores;
- b) O relativo à extensão do trabalho; e
- c) O que expressa a opinião sobre as demonstrações contábeis.

Os parágrafos que compõem o parecer definido pela norma, estipulam que deve ser identificado o nome da entidade, o período correspondente e as demonstrações nas quais o auditor expressa sua opinião. Os pareceres podem ser divididos em Parecer sem Ressalva, Parecer com Ressalva, Parecer Adverso e Parecer com Abstenção de Opinião.

Parecer sem Ressalva: “O parecer sem ressalva é emitido quando as demonstrações financeiras da empresa examinadas pelo auditor representam adequadamente a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade” (ATTIE, 1998, p.71). Através desse parecer o auditor demonstra que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e que não há efeito relevante que afete a demonstração financeira.

Parecer com Ressalva: “é emitido quando um ou mais de um valor nas demonstrações financeiras não refletem adequadamente a posição correta, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, ou quando o auditor não consegue obter evidências adequadas que permitam a comprovação desses valores” (ATTIE, 1998, p. 72). Os motivos de ressalva estão relacionados à não obediência, inconsistência da aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade ou por limitações impostas ao auditor, onde não foi possível o exame integral das demonstrações financeiras.

Parecer Adverso: “O parecer adverso é emitido quando o auditor verificar efeitos e condições que, em sua opinião, comprometem substancialmente as demonstrações financeiras examinadas, a ponto de não ser suficiente a simples ressalva no parecer” (ATTIE, 1998, p. 74). Ele exprime a opinião do auditor de que as demonstrações financeiras não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, mutações patrimoniais, e das origens e aplicações de recursos de acordo com as normas e princípios fundamentais de contabilidade.

Parecer com Abstenção de Opinião: “Quando o auditor não conseguir obter comprovação suficiente para fundamentar sua opinião sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, ele deve declarar que esta impossibilitado de expressar sua opinião sobre estas”(ATTIE, 1998, p.75). O parecer com abstenção de opinião é aquele em que o

auditor deixa de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis, por não ter obtido comprovação suficiente para fundamentá-la.

3 CONTROLE INTERNO

O Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados, AICPA, conceitua controle interno como:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela organização (ATTIE, 1998, p.110).

Esta definição de controle interno é ampla, pois ela reconhece que ele não está somente relacionado as funções dos departamentos operacionais, mas sim de todos os departamentos da empresa, desde a administração até a produção. Segundo as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis – Resolução 820 de 17/12/97

O sistema contábil de controles internos compreende o plano de organização e o conjunto integrado de método e procedimentos adotados pela entidade na proteção do seu patrimônio, promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros e demonstrações contábeis, e da eficácia operacional.

A finalidade do controle interno é verificar a exatidão dos dados contábeis e ver se os mesmos transmitem confiabilidade aos administradores nas tomadas de decisões, objetivando a eficiência operacional e a proteção do patrimônio. Também a empresa que possuir um bom controle interno implantado diminuirá erros e desperdícios, conseqüentemente afetará seu resultado.

Para cada setor dentro da empresa existem normas e procedimentos, porém é necessário que seja comunicada de forma clara e objetiva para que todos assimilem e conheçam suas tarefas, e a totalidade mova a empresa como um todo. O controle interno monitora os procedimentos adotados pela empresa dentro da sua estrutura organizacional, através dos indicadores estabelecidos, fornecendo dados para avaliação do desempenho de suas atividades.

4 EVIDENCIACÃO DAS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS

Com o processo de globalização da economia, surge para a contabilidade um novo desafio, que é a harmonização das normas contábeis entre os países. Entre essa harmonização está a evidenciação das demonstrações contábeis, significando que o usuário da informação contábil deve ter a informação completa, justa e adequada ao que se pretende evidenciar.

Podemos conceituar a evidenciação das demonstrações financeiras como o meio pelo qual a administração de cada entidade atende a seus usuários externos com as informações necessárias para a tomada de decisões; podem abranger desde a situação patrimonial e financeira da entidade até sua lucratividade e suas origens e aplicações de recursos em determinado período (CRC/SP, 2004, p. 69).

A evidenciação abrange além das demonstrações contábeis, outras informações que influenciam no processo decisório, gerando conhecimento adicional aos gestores e demais usuários da informação. Para Iudícibus (2000, p.124) “o sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente”. Ou seja, a contabilidade tem o dever de evidenciar a seus usuários (internos e externos) as informações que retratam os negócios, nem sempre é fácil avaliar se a informação é, de fato, válida ou não.

Em relação a evidenciação legal, o art. 176, parágrafo 4 da lei 6.404/76 orienta que “as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

Segundo CRC/SP (2004, p. 70) a administração da entidade utiliza-se dos seguintes métodos de evidenciação:

- a) forma e disposição das demonstrações financeiras tradicionais (balanço patrimonial, demonstração do resultado, etc.);
- b) informações entre parênteses, no corpo das demonstrações financeiras;
- c) notas explicativas;
- d) quadros e demonstrações suplementares;
- e) parecer dos auditores independentes;
- f) relatório da administração;

As demonstrações financeiras através do balanço patrimonial, das demonstrações do resultado do exercício, das origens e aplicações de recursos e das mutações do patrimônio líquido trazem informações quantitativas. Entre os métodos, as notas explicativas são utilizadas para divulgar informações que não estão explicitadas nas demonstrações financeiras tradicionais, dando ênfase a fatos mais significativos. A evidenciação pode auxiliar os

usuários externos a conhecerem a situação econômica, financeira da empresa, revelando informações que dificilmente seriam percebidas apenas com o auxílio das demonstrações contábeis tradicionais.

5 METODOLOGIA

O procedimento utilizado foi o estudo de caso, contemplando uma análise da transparência e a evidenciação das demonstrações contábeis de uma organização. A unidade de estudo definida foi uma cooperativa de crédito, no caso a Cresol Getulio Vargas, que integra o Sistema Cresol, juntamente com mais treze cooperativas localizadas no Alto Uruguai. Sua finalidade é a concessão de crédito rural aos seus associados através de financiamentos das suas propriedades e a prestação de serviços como: conta corrente, poupança, repasses de benefícios.

Os dados foram coletados em documentos internos, relatórios e principalmente nas demonstrações Contábeis dos exercícios 2005, 2006 e 2007 e nos relatórios de auditoria. Após a coleta dos dados foi feito um comparativo dos anos de 2005, 2006, 2007, das principais contas do Balanço Patrimonial e do Demonstrativo de Resultado, analisando suas variações. Fez-se relação com as Notas Explicativas e o Parecer de Auditoria, analisando se as variações eram explicadas e explicitas nesses documentos, e se demonstravam transparência e evidenciação.

6 AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 O Sistema Cresol

A criação de cooperativas de crédito rural foi motivada pela dificuldade no acesso ao crédito e a inadequação do sistema financeiro para a Agricultura Familiar. Isso fez com que, em 1993, agricultores familiares do Oeste Catarinense buscassem melhorar as condições do crédito, e por isso constituíram cooperativas em Seara e posteriormente em Quilombo e Curitiba, conhecidas como Cooperativas de Crédito Rurais (Credis). Assim em 1995 os movimentos sociais de Santa Catarina e Paraná criaram o Sistema Cresol que atua nos três estados do sul.

A Cresol Central, com sede em Chapecó/SC, tem filiadas as cooperativas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo que integram essa Central 36 mil associados distribuídos entre 51 cooperativas e 27 postos de atendimentos; 5 Bases Regionais de serviços que dão suporte as cooperativas na área de contabilidade e informações; 295 funcionários e diretores abrangendo mais de 300 municípios destes dois estados do Sul.

O ramo de atuação das cooperativas do sistema Cresol é a concessão do crédito rural, sendo seus associados agricultores familiares com pequenas propriedades, que tinham dificuldades de acessar o crédito e se beneficiar de serviços bancários. Além de ampliar a abrangência e o papel dos fundos, as cooperativas significam um instrumento de gestão com uma grande capacidade de intervenção na economia e reconhecimento como instrumento financeiro dos agricultores. A área de abrangência da Cresol Getúlio Vargas são os municípios de: Getúlio Vargas, Florianópolis, Ipiranga do Sul, Erebangó, Estação e Sertão. Sua sede é no município de Getúlio Vargas, tendo também dois postos de atendimento nos municípios de Erebangó e Florianópolis facilitando o atendimento aos associados mais distantes. Possui 7 funcionários e dois diretores liberados que atendem o quadro social composto por 1.250 associados.

A Cresol Getúlio Vargas disponibiliza aos seus associados uma diversidade de produtos e serviços: conta corrente, aplicações em poupança, crédito para custeio e investimento, crédito pessoal, financiamento de veículos e eletrodomésticos, pagamento de benefícios do INSS, seguros, consórcios, financiamentos para construção e reformas de casas. Seus objetivos são: inserção e integração dos agricultores ao sistema financeiro, retomada dos princípios do cooperativismo e fazer com que os agricultores sejam sujeitos de desenvolvimento local e sustentável.

6.2 Auditoria do Sistema Cresol

A Cresol Getúlio Vargas está filiada a Cresol Central SC/RS, que tem sua sede em Chapecó/SC. Por determinação do Banco Central do Brasil através da Resolução 3.106/2003, as Centrais de Crédito devem desempenhar algumas funções que possibilitem prevenir e corrigir situações anormais que possam configurar infrações a normas legais ou regulamentares ou acarretar risco para a solidez das cooperativas filiadas e do sistema associado.

Desta forma a Cresol Central preocupada com o aperfeiçoamento dos controles internos e com o desempenho de suas cooperativas realiza auditoria interna nas suas filiadas

uma vez por semestre, sendo que o plano estabelecido de auditoria é conforme as normas do Bacen. Os auditores são os contadores das cooperativas, sendo que os que trabalham no Rio Grande do Sul deslocam-se para Santa Catarina para realizar auditoria nas cooperativas, e os de Santa Catarina vêm para o Rio Grande do Sul para desempenhar aqui o trabalho, ocorrendo um rodízio entre os auditores.

Também por determinação do Bacen é obrigatório que as cooperativa de crédito realizem auditoria das demonstrações financeiras (auditoria externa), relativas ao encerramento do exercício social. A Cresol Central contrata uma empresa de auditores independentes para realizar este trabalho em suas filiadadas. Porém as demonstrações do ano de 2006 foram desempenhadas pela própria Cresol Central, pois a Resolução 3.106/2003 permitia isso, mas a Resolução 3.442/2007 trouxe algumas alterações na regulamentação sobre a auditoria independente, não permitindo mais que a Central realizasse este trabalho.

6.2.1 As Demonstrações das Cooperativas de Crédito

O Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) foi criado com a edição da Circular n. 1.273/1987, obrigando todas as Instituições Financeiras, inclusive as Cooperativas de Crédito, a partir do balanço de 30/06/1988, a adotarem este plano contábil. O Bacen criou-o com o objetivo de uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados; racionalizar a utilização das contas; estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários a obtenção e divulgação dos dados; possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, bem como a análise, avaliação de desempenho e controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem fiel e claramente a real situação econômico-financeira da instituição.

Desta forma o Sistema Cresol adota este plano de contas para a elaboração de suas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis elaboradas pela Cresol são as seguintes: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Também por determinação do Bacen as cooperativas de crédito são obrigadas a publicar com antecedência de dez dias à realização da Assembléia Geral Ordinária, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, juntamente com o Parecer de Auditoria das demonstrações do exercício.

6.2.2 Análise da Evidenciação e Transparência das Demonstrações Contábeis

A seguir foi feita uma análise dos indicadores mais relevantes no balanço patrimonial da Cresol Getúlio Vargas e a sua relação com as notas explicativas, buscando verificar o nível de evidenciação e transparência entre as mesmas.

Tabela 1 - Indicadores do Ativo

| CONTA | 2005 | 2006 | Variação% | 2007 | Variação% |
|--------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| Ativo Circulante | 1.854.148,94 | 2.821.177,16 | 52,15 | 4.387.586,76 | 55,52 |
| Realizável a Longo Prazo | | 189.061,43 | | 1.210.035,30 | 540,02 |
| Permanente | 77.537,09 | 110.360,98 | 42,33 | 297.485,16 | 169,56 |

Analisando a Tabela 1, percebe-se que o Ativo Circulante, teve um crescimento em torno de 50% nestes três anos. Nas notas explicativas, na conta de Aplicações Interfinanceiras estão detalhados os valores que a cooperativa possui aplicado em outras instituições. Em relação a conta de Operações de Crédito, seu valor é relevante, e no ano de 2007 em relação ao ano de 2006 teve um crescimento de 85%, não está especificado nas notas explicativas quais são esses direitos que a cooperativa tem em relação aos seus associados e nem o motivo de tanto crescimento neste último ano.

A conta de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa possui nas notas explicativas a classificação dessa provisão em função do risco que isso ocasiona para a carteira de empréstimos da cooperativa. Analisando as oscilações dos créditos lançados a prejuízo percebe-se que do ano de 2005 eles triplicaram de valor, sendo que foram recuperados neste ano somente 32%; nos anos seguintes continuou a crescer esses valores, restando um saldo considerável nessa conta que a cooperativa não conseguiu recuperar. Nas notas explicativas demonstram essa oscilação, porém não detalha o porque que essa conta teve tanto crescimento e pouca recuperação.

O Realizável a Longo Prazo no ano de 2007 teve um crescimento de 540,02 % em relação a 2006, sendo que nas notas explicativas somente mencionam que estão demonstrados pelos valores de realização, mas não menciona o porquê desta alteração de um ano para outro.

O Ativo Permanente, principalmente, a conta de investimentos teve seu valor triplicado de 2006 para 2007, sendo mencionado somente nas notas explicativas que são contabilizados pelo valor de aplicação, não explicando o motivo que a cooperativa investiu e no que investiu em suas coligadas e controladas no ano de 2007. O imobilizado é contabilizado pelo custo de aquisição, o percentual de depreciação de cada ano esta mencionado nas notas explicativas, mas o prazo de vida útil estimado de cada grupo não foi explícito.

Tabela 2 - Indicadores do Passivo

| CONTA | 2005 | 2006 | Variação% | 2007 | Variação% |
|------------------------|--------------|--------------|-----------|--------------|-----------|
| Passivo Circulante | 1.396.054,40 | 2.069.568,05 | 48,24 | 4.398.949,77 | 112,55 |
| Exigível a Longo Prazo | | 404.936,24 | | 620.916,49 | 53,34 |

Com a análise do passivo circulante percebe-se um crescimento nas obrigações à curto prazo da cooperativa, sendo que no ano de 2007 a conta Obrigações por Repasses Instituições Oficiais teve um aumento expressivo, triplicando seu valor. Porém nas notas explicativas não mencionam o motivo da cooperativa ter todo esse valor de obrigações com outras instituições financeiras. Sobre os depósitos a vista e a prazo houve crescimento no período analisado, e mesmo eles sendo obrigações que a cooperativa tem com os seus associados, demonstra credibilidade dos seus sócios perante a mesma.

Nos anos de 2006 e 2007 as obrigações à longo prazo com recursos do BNDES representam valores expressivos nessa conta, levando-se em consideração que no ano de 2005 a cooperativa não possuía nenhum valor no exigível a longo a prazo. As notas explicativas não especificam qual a origem dessa obrigação, somente mencionam que os valores são corrigidos pelas variações monetárias. Desta forma as notas explicativas estão muito sintéticas e deveriam trazer mais informações, evidências aos usuários que se utilizam das demonstrações para analisar a situação da cooperativa, demonstrando maior transparência nos dados.

Tabela 3 - Evolução do Patrimônio Líquido

| CONTA | 2005 | 2006 | Variação % | 2007 | Variação % |
|--------------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Patrimônio Líquido | 535.631,63 | 646.095,28 | 20,62 | 875.240,96 | 35,47 |

Em relação ao patrimônio líquido o crescimento foi considerável, porém sabe-se que a cooperativa tem possibilidades de aumentá-lo através do ingresso de novos sócios ou de lucros apurados no encerramento de cada exercício. O aumento do Capital Social é de extrema importância para a cooperativa, pois quando a mesma busca recursos de outros agentes financeiros para repasse, um dos indicadores analisados é o valor que ela tem de capital próprio.

Tabela 4 - Endividamento

| | 2005 | | 2006 | | 2007 | |
|---------------|--------------|--------|--------------|--------|--------------|--------|
| Ativo Total | 1.931.686,03 | 72,27% | 3.120.599,57 | 79,30% | 5.895.107,22 | 85,15% |
| Passivo Total | 1.396.054,40 | | 2.474.504,29 | | 5.019.866,26 | |

Analisando a tabela acima sobre o endividamento, conclui-se que o mesmo teve progressão nestes três anos, comprometendo mais de 80% dos bens e direitos totais da cooperativa em relação às suas obrigações. Em virtude disso seria importante que a administração desse uma atenção especial a este índice, pois se o mesmo continuar crescendo neste ritmo em poucos anos todo o ativo estará comprometido para as obrigações.

Tabela 5 - Capital Circulante Líquido

| | 2005 | CCL | 2006 | CCL | 2007 | CCL |
|--------------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|-------------|
| Ativo Circulante | 1.854.148,94 | 458.094,54 | 2.821.177,16 | 751.609,11 | 4.387.586,76 | (11.363,01) |
| Passivo Circulante | 1.396.054,40 | | 2.069.568,05 | | 4.398.949,77 | |

Com relação ao Capital Circulante Líquido a cooperativa nos anos de 2005 e 2006 possui um Capital Circulante Líquido Positivo. Porém no ano de 2007 as obrigações da cooperativa foram superiores às suas disponibilidades de curto prazo, sendo necessário que a mesma buscasse recursos para suprir essa deficiência financeira, sendo que isto não está explicado nas Notas Explicativas.

Tabela 6 - Indicadores das Contas de Resultado

| CONTA | 2005 | 2006 | % | 2007 | % |
|-----------------------|------------|--------------|--------|--------------|----------|
| Receitas | 431.117,09 | 1.347.751,68 | 212,62 | 1.256.955,24 | -6,74 |
| Despesas | 390.497,34 | 1.345.588,76 | 244,58 | 1.187.421,02 | -11,75 |
| Resultado Operacional | 40.619,75 | 2.162,92 | -94,68 | 69.534,22 | 3.114,83 |

Analisando a evolução das receitas, despesas e do resultado operacional percebe-se que do ano 2005 para o ano de 2006, a evolução das despesas foi superior às das receitas, ocasionando um resultado operacional menor, sendo isso consequência das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa gerados pela inadimplência que afeta diretamente no resultado da cooperativa. Também relacionando os anos de 2006 e 2007, no último ano as receitas e despesas foram menores do que em 2006 e o resultado operacional foi significativo em relação ao anterior. As notas explicativas não fazem menção a estas oscilações que ocorreram no resultado operacional, trazem somente a tabela da classificação da carteira de crédito, não deixando explícito o motivo de tanta disparidade de um ano para outro.

Tabela 7 - Evolução dos Lucros Acumulados

| CONTA | 2005 | 2006 | % | 2007 | % |
|-------------------|-----------|--------|---|-----------|----------|
| Lucros Acumulados | 34.517,29 | 955,10 | | 10.727,88 | 1.023,22 |

Como já comentado os lucros acumulados sofreram oscilações em virtude do resultado operacional. Seria necessário dar uma atenção especial a estas oscilações que

ocorreram nestes últimos três anos, pois estes resultados deveriam seguir um ritmo, passando mais credibilidade da cooperativa para as instituições com a qual ela busca recursos.

6.2.3 Análise do Parecer de Auditoria

Os Pareceres de Auditoria dos Auditores Independentes integram um dos demonstrativos obrigatórios a serem publicados pela cooperativa, conforme normativa do Bacen. Em virtude da importância da auditoria também foi feita uma análise do parecer elaborado das Demonstrações Contábeis na data de 31 de dezembro de 2007, avaliando o nível de transparência evidenciado do mesmo em relação aos demonstrativos.

Analisando o parecer de auditoria, percebe-se que o mesmo é muito sintático, apenas menciona que a cooperativa elaborou as demonstrações contábeis conforme a legislação, expõem o procedimento utilizado na condução dos trabalhos de auditoria, constatam que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa. De certa forma o parecer deveria mencionar as variações que ocorrem em algumas das principais contas do Balanço Patrimonial, inclusive as oscilações de Resultados verificados nos três anos analisados, pois para as outras empresas onde a cooperativa busca recursos, e até para o próprio entendimento do quadro social é necessário deixar isso de forma transparente e de fácil entendimento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo de auditoria buscou-se relacionar as demonstrações contábeis às notas explicativas e ao parecer de auditoria da Cresol Getulio Vargas para verificar o seu nível de evidência e transparência.

Como resultado constatou-se que as informações contidas nas demonstrações são, na maioria das vezes, sintéticas - não mencionado de forma clara os fatores das oscilações ocorridas nas principais contas do Balanço Patrimonial e Demonstrativo de Resultado. Isto porque no período analisado houve variações consideráveis de um ano para outro. Assim, sugere-se que seja mais explícita a forma de como as Notas Explicativas são apresentadas, pois nelas devem conter de forma mais detalhada os motivos das variações das principais contas.

Também é necessário que o parecer de auditoria faça menção a estas variações, sendo ele e as Notas Explicativas instrumentos de transparência e evidenciação da situação econômica, financeira e patrimonial da cooperativa, transmitindo com isso maior confiabilidade às empresas parceiras e aos seus associados.

Destaca-se também que não basta apenas existir um setor de auditoria na organização, pois deve-se fazer um diagnóstico da possível cumplicidade dos controles internos, ou seja, verificar se os mesmos estão atingindo seus objetivos, trazendo confiabilidade aos relatórios contábeis, financeiros, buscando a eficiência operacional e preservando os interesses da organização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 5 Edição. São Paulo: Atlas, 1996.

ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3 Edição. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Carta Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987**. Dispõe sobre o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional.

_____. **Resolução nº 2.193 de 31 de agosto de 1955**. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de bancos comerciais com participação exclusiva de cooperativas de crédito.

_____. **Resolução nº 2.771 de 06 de setembro de 2000**. Aprova Regulamento que disciplina a constituição e o funcionamento de cooperativas de crédito.

_____. **Resolução nº 3.442 de 28 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

_____. **Resolução nº 3.106 de 25 de junho de 2003**. Dispõe sobre os requisitos e procedimentos para a constituição, a autorização para funcionamento e alterações estatutárias, bem como para o cancelamento da autorização para funcionamento de cooperativas de crédito.

CRC-SP/IBRACON. **Contabilidade em Segmentos Específicos e Outros**. São Paulo: CRC/RS, 2004.

CRC-RS. **Normas Brasileiras de Contabilidade**: auditoria independente, auditoria interna, perícia contábil. 4 Edição. Porto Alegre: Atlas, 2004.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**: normas de auditoria, procedimentos e papéis de trabalho, programas de auditoria, relatórios de auditoria. 4 Edição. São Paulo: Atlas, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da Contabilidade**. 7 Edição. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES DE SÁ, Antônio. **Curso de Auditoria**. 10 Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MAGALHAES, Antônio Deus; LUNKES, Irtes Cristina; MULLER, Aderbal Nicolas. **Auditoria das Organizações**: metodologias alternativas ao planejamento e à operacionalização dos métodos e das técnicas. São Paulo: Atlas, 2001.